

# Sumário

## A alienação dos imóveis rurais da União no Distrito Federal sob a ótica da Lei nº 13.465/2017

<b>Flávia Pedrosa Pereira</b> .....	7
1 Introdução.....	7
2 Peculiaridades referentes ao uso e ocupação do solo no Distrito Federal .....	11
3 Bens públicos dominiais pertencentes à União no Distrito Federal .....	14
4 Possibilidades de destinação dos bens imóveis dominiais da União e receitas geradas .....	17
5 O advento da Lei nº 13.465/2017 .....	21
6 Os normativos recentes e a possibilidade de alienação dos imóveis da União no DF: análise de experiências incipientes .....	24
7 Considerações finais.....	30
Referências .....	32

## A segregação socioespacial e a insustentabilidade em uma metrópole da Amazônia brasileira

<b>Bruno Soeiro Vieira, Hélio Jorge Reis Almeida, Jeferson Antônio Fernandes Bacelar</b> .....	35
1 Introdução.....	36
2 “Nova Belém”: estratégia de <i>marketing</i> imobiliário .....	37
3 O medo da cidade e suas consequências .....	45
3.1 Fortalezas horizontais e a segregação socioespacial na Belém da “Nova Belém” .....	48
3.2 A legislação urbanística municipal e o “ <i>laissez-faire</i> ” no parcelamento e controle do uso do solo urbano .....	56
4 Conclusão.....	59
Referências.....	61

## Direito urbanístico: um giro epistemológico em direção ao direito à cidade

<b>Adriana Nogueira Vieira Lima, Maria José Andrade de Souza, Paulo Rosa Torres</b> .....	63
1 Introdução.....	64
2 O tensionamento para a formação do campo do direito urbanístico .....	66
3 Há lugar para o direito urbanístico no ensino jurídico? .....	73
4 A experiência da UEFS no ensino do direito urbanístico.....	81
4.1 Pressupostos e estratégias metodológicas na UEFS.....	83
4.2 Obstáculos e desafios.....	87
5 Considerações finais.....	88
Referências.....	90

## Novos instrumentos urbanísticos e a atuação do sistema de justiça: o caso da Operação Urbana Consorciada Água Espreada

<b>Marina Toneli Siqueira</b> .....	93
1 Introdução.....	93
2 Novos instrumentos de planejamento urbano: o arcabouço normativo criado pelo Estatuto da Cidade e as operações urbanas consorciadas .....	95
3 Operação Urbana Consorciada Água Espreada e seus quatro pilares de funcionamento .....	99
4 O envolvimento do sistema de justiça na Operação Urbana Água Espreada .....	102
5 Considerações finais.....	108
Referências.....	110

## Corrupção urbanística, política e participação: a construção social da cidade

<b>Leonardo Beraldo de Ornellas Borges, Jonathas Magalhães Pereira da Silva</b> .....	113
1 Introdução.....	113
2 Decorrências do controle político e econômico sobre o território .....	116
3 Alguns aspectos sobre a participação popular nos processos de planejamento e gestão e seus limites.....	124
4 Corrupção urbanística e dimensão cidadã.....	130
5 Considerações finais.....	134
Referências.....	135

## A concepção do Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dos impactos ambientais numa perspectiva cultural – Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico

<b>Mark Pereira dos Anjos</b> .....	139
1 Introdução.....	139
2 Meio ambiente artificial e cultural .....	141
3 Projeto Porto Maravilha .....	142
3.1 Circuito histórico e arqueológico da celebração da herança africana.....	143
4 A perspectiva da avaliação de impacto ambiental sob a ótica do meio ambiente cultural .....	144
4.1 Estudos técnicos do levantamento e mapeamento arqueológico.....	145
5 Considerações finais.....	147
Referências .....	149

## O direito à cidade na ótica do pedestre: uma experiência de safári urbano em Brasília

<b>Claudio O. da Silva, Benny Schvarsberg</b> .....	151
1 Direito à mobilidade .....	151
2 Safári urbano em Brasília .....	154
3 Considerações finais.....	163
Referências.....	165

## Os processos de reintegrações de posse sob a perspectiva da função social da propriedade urbana: novos caminhos e possibilidades a partir do julgamento pelo Tribunal de Justiça do caso da comunidade Sucupira inserida em área de ZEIS

<b>Douglas Tadashi Magami</b> .....	167
1 Introdução.....	167
2 Direito urbanístico e sua influência na análise de casos de reintegração de posse ...	168
3 Da atuação extrajudicial e judicial da Defensoria Pública na comunidade Sucupira ....	170
4 Da função constitucional do Plano Diretor em estabelecer diretrizes e parâmetros para a função social da propriedade urbana e a adoção das áreas de ZEIS como estratégia de regulação da função social da propriedade urbana .....	171
4.1 Os pedidos judiciais de reintegração de posse sob a perspectiva constitucional da função social da propriedade urbana conferida pelos planos diretores e leis de zoneamento das cidades após o julgamento da Ação Rescisória nº 2160989-53.2017.8.26.0000 .....	175
4.2 Novas possibilidades de resolução consensual de conflitos possessórios no município de São Paulo em áreas de ZEIS na cidade de São Paulo.....	176
5 Considerações finais.....	177
Referências.....	178

## A aplicação do PEUC: notas sobre a estratégia espaço-temporal de notificação

<b>Dânia Brajato, Rosana Denaldi</b> .....	179
1 Introdução.....	179
2 PEUC e IPTU progressivo no tempo: panorama da aplicação .....	181
3 O PEUC e a estratégia espaço-temporal de notificação .....	189
4 Estratégias de aplicação do PEUC: uma breve síntese .....	201
5 Considerações finais.....	203
Referências.....	206

## Análise da implementação do Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano e Participação Democrática de Fortaleza/CE: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

<b>Harley Sousa de Carvalho</b> .....	209
1 Introdução.....	209
2 Gestão democrática na implementação do Plano Diretor.....	211
3 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano .....	213
4 Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.....	217
5 Considerações finais.....	219
Referências.....	221

## Moradia e segurança da posse no contexto da Copa do Mundo de 2014

<b>Marcelo Cafrune</b> .....	223
1 Introdução.....	223
2 Instrumentos e fundamentos da regularização fundiária no contexto da Copa.....	224
3 Direito à moradia, (in)segurança da posse e as remoções em nome da Copa.....	228
4 Considerações finais.....	238
Referências .....	240

## Transferência do direito de construir: perspectiva da aplicação do instrumento urbanístico na metrópole de São Paulo

<b>Andréa Oliveira Queiroz, Marinella Machado Araújo, Ricardo Augusto de Souza Fernandes</b> ...	243
1 Introdução.....	244
2 Procedimentos metodológicos .....	245
3 TDC: conceitos deste instituto jurídico e político .....	251
3.1 Garantias aos bens ambientais protegidos .....	253
4 Apresentação e análise dos resultados .....	254
4.1 Critérios para regulamentação segundo as possibilidades da TDC .....	254
4.1.1 Elaboração e aplicação da TDC .....	255
4.1.2 A reprodução de proposta padrão como obstáculo.....	255
4.1.3 Uso do valor venal: um critério controverso .....	256
4.2 Panorama da TDC na metrópole de São Paulo.....	258
4.2.1 Limitações da aplicação da TDC.....	261
4.2.2 As possibilidades da TDC na metrópole .....	261
5 Considerações finais.....	262
Referências.....	263